



PROCESSO Nº : 88625/2016 (AUTOS DIGITAIS)
ASSUNTO : TOMADA DE CONTAS - RECURSO ORDINÁRIO
UNIDADE : PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA - MT
RECORRENTE : FAUSTO AQUINO AZAMBUJA FILHO – EX- PREFEITO
RELATOR : CONSELHEIRO ANTÔNIO JOAQUIM

PARECER Nº 9.305/2022

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. ACÓRDÃO 615/2021-TP. PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA/MT. APLICAÇÃO DE MULTA E DETERMINAÇÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO EM RAZÃO DO PAGAMENTO DE JUROS, MULTAS E CORREÇÃO MONETÁRIA DECORRENTE DO PAGAMENTO INTEMPESTIVO DE COTAS PATRIMONIAIS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PRETÉRITOS NÃO CONHECIDOS PELO ACÓRDÃO N. 212/2022-TP EM RAZÃO DE SUA INTEMPESTIVIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUANDO NÃO CONHECIDOS NÃO POSSUEM A APTIDÃO PARA INTERRUPTÃO OU SUSPENSÃO DE PRAZO RECURSAL. PARECER MINISTERIAL PELO NÃO CONHECIMENTO E, NA EVENTUALIDADE DE SER CONHECIDO, PELO SEU PARCIAL PROVIMENTO.

1. RELATÓRIO

1. Retornam os autos para análise do **Recurso Ordinário**¹ interposto pelo **Sr. Fausto Aquino Azambuja Filho, Ex-Prefeito de Luciara/MT**, em face do **Acórdão nº 615/2021-TP**, que julgou irregulares as contas em decorrência de juros, multa e correção monetária, advindos do pagamento intempestivo de faturas de energia elétrica.

2. Em razões recursais, o interessado pleiteia o afastamento das penalidades e do ressarcimento ao erário, alegando, em síntese que: **a)** devem ser observadas as circunstâncias práticas e dificuldades da gestão, de forma a afastar ou

¹ Documento digital nº 166238/2022





atenuar a conduta do gestor; e **b)** que houve erro de cálculo.

3. Por meio do Julgamento Singular acostado no doc. digital nº 177190/2022, o Relator proferiu juízo positivo de admissibilidade do recurso.

4. Submetidos os autos à análise técnica², a SECEX de Recursos opinou pelo parcial provimento do petitório recursal, com relação ao valor devido, promovendo novo cálculo.

5. Vieram os autos ao Ministério Público de Contas para manifestação. É o breve relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Preliminarmente

6. Inicialmente, cumpre apreciar os requisitos de admissibilidade necessários ao regular processamento dos recursos ordinários, quais sejam: o cabimento, a legitimidade, o interesse recursal e a tempestividade, além dos demais previstos no Regimento Interno desta Corte.

7. O **cabimento** refere-se à possibilidade de recorrer, bem como a previsão do instrumento para a situação que se deseja impugnar. No caso, trata-se de Recurso Ordinário interposto em face de Acórdão proferido pelo Tribunal Pleno. Nos termos do RITCE/MT tal recurso é o cabível para estas circunstâncias, razão pela qual está presente este requisito.

8. Quanto à **legitimidade**, o RITCMT prevê que é legitimado a recorrer aquele que é parte no processo ou Ministério Público. Salienta-se que o recorrente é parte na Tomada de Contas tendo sido proferida contra ele decisão de aplicação de sanções e determinação de ressarcimento ao erário.

9. No tocante ao **interesse recursal**, infere-se que o recorrente deve

² Documento digital nº 256537/2022





demonstrar em suas razões os motivos pelos quais a decisão está incorreta e por que isto o afeta de forma indevida. No caso em apreço, foi determinada a restituição aos cofres públicos do montante de R\$ 164.140,25 (cento e sessenta e quatro mil, cento e quarenta reais e vinte e cinco centavos).

10. Além disso, exige-se a **interposição por escrito** e a **assinatura por quem tenha legitimidade, assim como a qualificação do interessado**. Conforme se verifica nos autos, o recurso foi interposto de forma escrita, com a sua devida qualificação e assinatura. Outrossim, houve a **apresentação do pedido com clareza**.

11. Por sua vez, a **tempestividade** impõe a necessidade de que o recurso seja interposto dentro do prazo previsto. Nesse sentido, o RITCEMT estabelece que o prazo para interposição do Recurso Ordinário é de 15 (quinze) dias úteis. O Acórdão 615/2021-TP foi publicado no dia 19/11/2021 (certidão constante no documento digital n. 257763/2021). Já o recurso ordinário foi interposto em 31/05/2022 (documento digital n. 136102/2022), sendo, portanto, intempestivo.

12. Neste ponto, importante tecer algumas considerações. O acórdão n. 615/2021-TP foi publicado na data de 19/11/2021. O interessado opôs embargos de declaração (documento digital n. 276225/2021). No entanto, os embargos não foram conhecidos em decorrência de sua intempestividade pelo acórdão n. 212/2022-TP.

13. O recorrente pretende aproveitar-se da oposição de embargos como hipótese de suspensão ou interrupção do prazo recursal, contudo, deixa de observar que: **a) o prazo para embargos e recurso ordinário era o mesmo no regimento interno aplicável à época, motivo pelo qual se os embargos foram intempestivos também o seria - e o é - o recurso ordinário; e b) embargos de declaração opostos, mas não conhecidos – diferente de não providos – não tem a aptidão de interromper ou suspender quaisquer prazos recursais; e c) a decisão recorrida é o acórdão n. 615/2021-TP e não o acórdão n. 212/2022-TP.**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. OUTROS RECURSOS. PRAZO. INTERRUÇÃO. INOCORRÊNCIA.

1. Segundo entendimento desta Corte de Justiça, os embargos de declaração intempestivos não interrompem nem suspendem o prazo para





a interposição de outros recursos.

2. Constatada a intempestividade dos declaratórios opostos, não há como considerar interrompido o prazo legal para a interposição do recurso subsequente, no caso, o recurso especial, operando-se, assim, o trânsito em julgado do acórdão recorrido.

3. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp n. 2.000.519/MG, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 22/11/2022, DJe de 24/11/2022.). (grifo meu).

14. Diante disto, verificamos o trânsito em julgado do acórdão n. 615/2021-TP.

15. Isso posto, o Ministério Público de Contas manifesta-se pelo não conhecimento do Recurso Ordinário interposto.

2.2. Mérito

16. O Acórdão nº 615/2021-TP restou assim ementado:

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas, nos termos dos artigos 1º, II, e 16 da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), c/c os artigos 194,II, e 195 da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), por unanimidade, acompanhando o voto do Relator e de acordo, em parte, com o Parecer nº 503/2020 do Ministério Público de Contas, em: **a)** julgar **IRREGULARES** as contas objeto da presente Tomada de Contas Ordinária - originária de determinação contida na Decisão Singular nº 724/LCP/2018, proferida em Representação de Natureza Externa - instaurada em desfavor da Prefeitura Municipal de Luciara, gestão dos Srs. Fausto Aquino de Azambuja Filho e Neri Florenço Ataydes, em decorrência da geração de despesas ilegítimas, provenientes do inadimplemento das faturas de energia elétrica, conforme fundamentos constantes no voto do Relator; e, **b)** **DETERMINAR** aos Srs. Fausto Aquino de Azambuja Filho (CPF nº 707.369.951-53) e Neri Florenço Ataydes (CPF nº 232.910.011-68) que **restituam**, de forma solidária, ao erário municipal, o **montante de R\$ 164.140,25** (cento e sessenta e quatro mil, cento e quarenta reais e vinte e cinco centavos), atinentes às multas, juros e correção monetária das faturas de energia elétrica não adimplidas tempestivamente, cujo valor será atualizado AMGF / CSG 2





até a data do efetivo pagamento. A restituição de valores deverá ser recolhida com recursos próprios, **no prazo de 60 dias**.

17. Inconformado com a decisão, o Recorrente interpôs recurso com fim de afastar o dever de restituição. Em síntese, sustentou que: **a)** não houve dolo na conduta do recorrente, que tentou por todos os meios resolver a situação; **b)** que o a disponibilidade financeira da municipalidade não era suficiente para cobrir as despesas e tal fato não pode ser imputado ao recorrente; **c)** devem ser verificadas e analisadas as circunstâncias reais e dificuldades enfrentadas pelo gestor, nos termos do artigo 22, *caput* e seu §1º, da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB -; **d)** que a responsabilidade deve ser exclusiva do Secretário de Finanças e Planejamento; e **e)** que há exorbitância no valor apontado para ressarcimento ao erário, haja vista que no contrato n. 007/2018 foi aplicado desconto de 100% dos juros e multa moratória, sendo cobrado apenas o valor do principal corrigido monetariamente, assim, considerando os valores adimplidos e descontos aplicados, a quantia de ressarcimento deve ser de apenas R\$ 82.370,57.

18. A **Secretaria de Controle Externo**, opinando pelo parcial provimento do recurso, apesar de quanto à responsabilização discordar do recorrente, concordou quanto à correção dos cálculos de forma parcial, assim argumentando:

Os presentes autos versam sobre fatos específicos e delimitados decorrentes de atos que ocasionaram o pagamento de multas, juros e correções monetárias devido ao atraso, injustificado, das faturas de energia elétrica, o que caracterizou a realização de despesa ilegal, ilegítima e antieconômica, as quais acarretaram nítida lesão aos cofres do Município de Luciara/MT.

Em relação ao tema, este Tribunal é firme quanto à obrigatoriedade do ressarcimento ao erário nas hipóteses de gastos irregulares com atrasos de pagamentos contratuais, como se depreende da leitura da Súmula 001/2013 TCE-MT e da Resolução de Consulta 69/2011, “d” [...]

Portanto, a responsabilidade do agente causador do dano é legítima e com base nisso, restou determinado, em decisão unânime, o ressarcimento aos cofres públicos, de forma solidária pelos Srs. Fausto Aquino de Azambuja Filho e Neri Florenço Ataydes, no valor de R\$ 164.140,25 (cento e sessenta e quatro mil, cento e quarenta reais e vinte e cinco centavos) referentes às multas, juros e correção monetária das faturas de energia elétrica não adimplidas tempestivamente (Acórdão n. 615/2021-TP).

[...]

Em relação aos valores pactuados, vale ressaltar que o parágrafo único da cláusula segunda CONDICIONOU que havendo o pagamento das 60





(sessenta) parcelas de R\$ 8.234,43 (oito mil duzentos e trinta e quatro reais e quarenta três centavos), será concedida a remissão da dívida relativa à parcela no valor de **R\$ 70.140,78** (Setenta mil, cento e quarenta reais e setenta e oito centavos) com vencimento em **MARÇO/2023**.

Além disso, o parcelamento do débito refere-se ao período de março de 2018 **até fevereiro de 2023**.

Assim, não é razoável embutir no valor do débito apurado fato futuro e incerto, pois, neste caso a relação contratual está vigente até **FEVEREIRO/2023**, inexistente, portanto, materialidade do dano no que diz às parcelas vincendas, tampouco, sobre o valor de desconto condicional de 100% de juros e multas, uma vez que o referido valor só irá se concretizar após o término do contrato, ou seja, em **MARÇO DE 2023**, conforme definido no parágrafo único da cláusula segunda acima citada. Desta forma, o débito apurado no contrato nº 007/2018 não está revestido de materialidade. Isso porque a irregularidade quanto ao pagamento de juros e multas só se materializará, **por completo**, quando da aferição da inadimplência contratual (**MARÇO/2023**). No caso em tela, está prejudicada a constatação da inadimplência ou adimplência da Prefeitura com a companhia fornecedora de energia elétrica relativamente ao contrato 007/2018, especialmente porque ele encontra-se no período **de vigência e os informes disponíveis no Sistema APLIC não comprovam o pagamento integral do débito**.

Portanto, diante das informações existentes, a irregularidade relativa ao pagamento **integral** de multas e juros de mora decorrente de pagamento de fatura em atraso do Contrato 007/2018 não se materializou até a presente data, sendo passível de apontamento e de levantamento do valor do dano causado ao erário, somente quando for efetivado o pagamento dos mesmos.

Feita essas ponderações sobre a relação contratual, vale destacar que os contratos em análise têm prazo determinado. Desta forma, considerando o período de vigência dos mesmos, percebe-se que o CONTRATO Nº 008/2016 teve início do parcelamento em agosto/2016 e término em dezembro/2016; o CONTRATO Nº 007/2018 teve o início do parcelamento em março/2018 e término previsto para fevereiro/2023 e o CONTRATO Nº 008/2018 teve o início do parcelamento em março/2018 e término em dezembro/2020. Assim, o CONTRATO Nº 007/2018 é o único ainda vigente, motivo pelo qual a aferição dos danos decorrentes do seu eventual descumprimento encontra-se prejudicada de análise em face da existência de cláusula condicional, conforme retro detalhado.

Portanto, a arguição de que a decisão recorrida está em desacordo com os valores definidos nos contratos merece ser acolhida para excluir da imputação dos danos os valores tendo como fato gerador o **CONTRATO Nº 007/2018 (DÉBITO APURADO = R\$ 142.010,18)**.

Diante do exposto, manifesta-se pelo provimento **PARCIAL** do recurso, a fim de retificar o valor da restituição ao erário para excluir o valor decorrente do fato gerador **CONTRATO N. 007/2018** e considerar como valor a ser ressarcido os materializados pelos contratos 008/2016 (R\$ 13.941,52) e 008/2018 (R\$ 8.188,55) no valor total de R\$ 22.130,07 (vinte e dois mil, cento e trinta reais e sete centavos), mantendo-se inabalado os demais termos do Acórdão 615/2021-TP. (doc. digital nº 256537/2022, fls. 2-13)





19. **Passamos à análise ministerial.**

20. No que diz respeito à responsabilidade do gestor pelo ressarcimento dos danos causados decorrentes de juros, multas e correção monetária, a posição desta Corte de Contas é pacífica e está estampada no **verbere da súmula n. 01/2013: o pagamento de juros e/ou multas sobre obrigações legais e contratuais pela administração pública deve ser ressarcido pelo agente que lhe deu causa.**

21. Diante disto e considerando que as súmulas de órgãos de controle externo possuem força vinculante em decorrência do disposto no artigo 30, parágrafo único, da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB -, sua aplicação ao caso é medida que se impõe.

22. O nexo de causalidade entre o dano e a conduta do gestor reside no fato de que os atrasos ocorreram em sua gestão e os termos de transação foram por ele assinados, havendo, assim, dolo em sua conduta e não havendo possibilidade de recair a culpa de forma exclusiva ao Secretário de Finanças e Planejamento da época.

23. A pretensão da defesa de aplicação do artigo 22, *caput* e seu §1º, da LINDB, no que tange às dificuldades do gestor e as circunstâncias práticas que limitaram e/ou condicionaram a atuação do administrador público, ressaltamos que não houve qualquer prova concreta de dificuldades e circunstâncias a serem consideradas, se limitando o recorrente a invocar como uma cláusula geral de excludente de culpabilidade, sem, contudo, fazer qualquer prova de suas alegações.

24. Neste ponto, informamos que a prova de eventuais dificuldades ou circunstâncias para aplicação dos dispositivos acima é ônus de quem invoca a temática, não havendo espaço para e conjecturas, nos termos do artigo 373, II, do Código de Processo Civil.

25. No que tange aos cálculos revistos pela equipe técnica, informamos que o Ministério Público de Contas aquiesce com as conclusões adotadas. Por se tratar se matéria de cálculo, de forma a evitar extensões processuais desnecessárias,





utilizamos as razões e conclusões da equipe técnica como parte integrante deste parecer.

26. Assim, no que tange ao valor devido, neste momento, opinamos pelo provimento recursal parcial para reduzir ao montante de R\$ 22.130,07.

3. CONCLUSÃO

27. À vista do exposto, o **Ministério Público de Contas**, no exercício de suas atribuições institucionais, manifesta-se:

a) preliminarmente, pelo não conhecimento do recurso interposto, diante de sua intempestividade, nos termos explicitados no tópico próprio;

b) no mérito, em atenção ao princípio da eventualidade, pelo **provimento parcial** do recurso de forma a reduzir o valor de ressarcimento ao erário para R\$ 22.130,07, mantendo-se os demais termos do acórdão n. 615/2021-TP.

É o parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 15 de dezembro de 2022.

(assinatura digital)³
GETÚLIO VELASCO MOREIRA FILHO
Procurador de Contas

³ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

